

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLVII



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS  
DA  
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE  
LISBOA

---

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras no ano de 2019.

---

*Título:* Memórias da Academia das Ciências de Lisboa  
Classe de Letras  
Tomo XLVII

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Impressão:* Gráfica 99

*Data de impressão:* 2024

*ISSN:* 0378-116X

*Depósito legal:* 61370/92

*DOI:* <https://doi.org/00000>

# O ideal reformista na oratória de Bartolomeu do Quental

JOSÉ LUÍS BRANDÃO DA LUZ

Bartolomeu do Quental ficou sobretudo conhecido por ter fundado a Congregação do Oratório, em Portugal, em 1668. Os Congregados, que receberam o reconhecimento da Santa Sé, tiveram em Lisboa a sua primeira sede, num velho palácio junto à Capela Real, na rua das Fangas da Farinha, e propagaram-se para o Brasil e Goa. Em Portugal, para além de Lisboa, instalaram-se ainda em Freixo de Espada à Cinta, Porto, Braga, Viseu e Estremoz<sup>1</sup>. A origem da congregação, no entanto, reporta-se a uma associação que, em 1659, sob a proteção da rainha regente, D. Luísa de Gusmão, o P.<sup>e</sup> Quental constituiu no paço com sacerdotes e leigos desejosos por uma vida interior mais intensa. A associação chegou mesmo a dispor de estatutos próprios, aprovados pelo papa Alexandre VII, e os seus exercícios diários atraíam “não só irmãos, mas outros muitos, que sem o serem lhe assistiam por sua devoção”, conforme o autor relata na dedicatória que escreveu para as *Meditações da Infância de Cristo*.



Bartolomeu do Quental nasceu a 22 de agosto de 1626, nos Fenais da Luz, uma povoação próxima de Ponta Delgada, numa família da ilha de S. Miguel, dos Açores, “da mais antiga e qualificada nobreza”<sup>2</sup>. Saiu da sua ilha, aos 17 anos, em direção ao reino, para tomar os mais altos estudos que o prepararam para o sacerdócio. Ingressou na Universidade de Évora, onde se graduou em Artes e foi “ornado com a borla de doutor em Filosofia”<sup>3</sup>, em 1647. Três anos mais tarde graduou-se em Teologia, tendo

<sup>1</sup> Cf. Santos, E., *O Oratório no Norte de Portugal*. pp. 71-132; Jean Girodon, *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l'Oratoire de Braga* (29. IX. 1685–22. XI. 1698), pp. XLI-XLV e LXII-LXXVI.

<sup>2</sup> Barbosa Machado, D., *Biblioteca Lusitana*. v. I, p. 474. Para mais elementos biográficos cf. Brandão da Luz, J. L., “Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem”, pp. 59-65.

<sup>3</sup> P.<sup>e</sup> Vicente Ferreira de Sousa Brandão, *Recopilação Histórico-Biográfica do Venerável Padre Bartolomeu do Quental*. p. 4.

partido depois para Coimbra para aprofundar os estudos teológicos<sup>4</sup>, distinguindo-se como pregador, ainda antes de ser ordenado presbítero, em 1652, na Igreja do Espírito Santo da Pedreira, em Lisboa. Em 1654, trocou o regresso à terra natal pelo ministério espiritual na casa real, “que exercitou com grande aclamação da corte, pois na veemência dos afetos, eloquência das palavras, e energia das ações se não excedia, certamente igualava ao grande Vieira, que no mesmo tempo era ouvido como oráculo da retórica eclesiástica”<sup>5</sup>. A robustez doutrinária e a consistência argumentativa dos seus sermões, assim como o reconhecimento que recebeu de teóricos da retórica e outros autores, que o apresentavam, entre os “modelos de boa expressão vocabular”<sup>6</sup>, como exemplo inspirador de eloquência sagrada e “um artista da prosa”<sup>7</sup>, não pareceram suficientes para, salvo isoladas exceções, interessar os estudiosos do barroco português, ficando a sua obra ofuscada pela do P.<sup>e</sup> António Vieira, seu contemporâneo.

Os *Sermões* do P.<sup>e</sup> Bartolomeu do Quental enquadram-se na missão indeclinável de confrontar as pessoas com a sua conduta de vida e, simultaneamente, inspirar a boa governação do reino. Competia-lhe instruir não apenas o comum dos ouvintes, mas também o monarca, os cortesãos, o clero, os dirigentes e administradores do Estado, cujas responsabilidades aumentavam com a posição social que detinham e as funções que desempenhavam. Tomando por base o conjunto de sermões que o P.<sup>e</sup> Quental nos deixou, o nosso propósito será procurar acompanhar a forma como deu cumprimento aos seus intentos altamente moralizadores e doutrinadores, fixando-nos em alguns dos seus tópicos. Assim, tentaremos pôr em evidência a eloquência oratória, em trechos do seu sermonário, pródigos em imagens, comparações e exemplos, que nos pareçam elucidativos, e, simultaneamente, destacaremos o seu pendor interventivo, marcado por uma ética política, social e pessoal que é enunciada com veemência, numa série de pontos que variavam conforme o estatuto social do público em presença. Abordaremos, por isso, em primeiro lugar, os temas de incidência política que predominam nos

---

<sup>4</sup> Cf. “Recompensa pelos serviços de Bartholomeu do Quental e Sousa”, em *Arquivo dos Açores*, v. VII, pp. 292-293.

<sup>5</sup> Barbosa Machado, D., *Biblioteca Lusitana*. v. I, p. 474.

<sup>6</sup> Pinto de Castro, A., *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. p. 263; cf. *ibidem*, pp. 267 e 684.

<sup>7</sup> Pires, M.<sup>a</sup> L., “O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real”, p. 169.

sermões da Capela Real, nomeadamente a equidade na administração da justiça, a atenção aos mais desprotegidos, o zelo e a isenção do rei na administração do reino e a superioridade da lei de Deus que a todos sujeita. Em segundo lugar, atenderemos aos sermões que foram pronunciados fora da Capela Real, em que os temas políticos cedem o lugar à meditação sobre a fragilidade da natureza humana, o aperfeiçoamento da vida interior e a reforma da vida moral. Antes, porém, trataremos de apresentar alguns traços gerais que marcam a sua oratória.

### 1. O *PATHOS* NA ORATÓRIA SAGRADA

Bartolomeu do Quental publicou trinta e dois sermões, em dois volumes, seis e quatro anos, apenas, antes da sua morte, ocorrida em 1698. Conforme esclarece no prólogo do primeiro volume, “desenterrei da sepultura do esquecimento de todos, e também do meu, alguns dos que preguei no século, e me pareceram mais doutriniais”, para assim dar satisfação a muitas solicitações que reclamavam a sua publicação. Pronunciou-os, na grande maioria, na Capela Real e os restantes noutros lugares: dois em Setúbal e dez em Lisboa, nas igrejas da Misericórdia, da Sé e em alguns conventos, por ocasião de celebrações com alguma solenidade. Os temas dominantes são a fragilidade humana, a reforma interior e o zelo na administração da coisa pública, num persistente apelo à mudança de vida pela confissão, arrependimento e reparação das ofensas. O tom morigerador do discurso exortava, advertia e aconselhava a refazer a vida pelas exigências das virtudes evangélicas que apontavam para uma vida reta, na justiça, caridade, temor de Deus e amor ao próximo. A certeza da morte iminente, que a qualquer momento poderia surpreender, e a persistência no pecado, que comprometia para sempre a vida futura, alimentavam a retórica argumentativa do pregador, fértil em inventariar situações existenciais e a mobilizar imagens e cenas sugestivas da experiência quotidiana, muito ligada à agricultura e ao mar. Os episódios exemplares da vida de santos e profetas, assim como a evocação da heroicidade de personagens bíblicas, na espetacularidade dos acontecimentos que as rodeavam, eram expostos com o recurso à autoridade de exegetas, num incansável esforço de sensibilização do auditório para o perigo de uma condenação irreparável e para o imperativo da emenda de vida.

O caminho que o pregador apresentava, longe de apaziguar e aconchegar os ouvintes no conforto da sua prática religiosa, colocava-os antes perante a tomada de consciência angustiada do pecado que a sua piedade escondia. Procurando desmistificar algum convencimento generalizado, inclinado a ver sinais da proteção de Deus nos sucessos da Restauração, o pregador denuncia o ilusório desses sentimentos otimistas, lembrando também a convicção corrente do povo em acreditar “que os maus sucessos desta Monarquia são castigo de nossos pecados”. Argumentava ainda, recorrendo aos ensinamentos da memória da história, que nos asseguravam que “Deus Senhor nosso costumou sempre castigar os pecados dos reinos ainda mais mimosos seus, como era o da Judeia, e se o nosso os tem, havia de chegar alguma hora o seu castigo”<sup>8</sup>. E prossegue, advertindo para o estado de pecado que a todos contamina, dizendo que, embora não saiba explicar a relação que eles possam ter com “os apertos do reino”, sabe apenas que “há pecados, e que está o castigo de Deus à porta do reino, como estava no da Judeia”. Será, pois, ilusório pensar-se que, apesar dos sucessos alcançados na causa da Restauração, a proteção que Deus tem concedido a Portugal nos traga especial resguardo do seu castigo: “Não há que fiar em ser reino de Deus para não temer os seus castigos; porque Deus também castiga os seus”<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Sermão da Quarta Domingo do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p. 98. A alusão aos acontecimentos políticos relacionados com a perda e ulterior recuperação da autonomia política do país não tem por alvo justificar ou suscitar nos ouvintes a adesão à causa patriótica da Restauração. O centro do argumento é o apelo à reforma dos costumes, como exigência doutrinária, e só colateralmente se associa a iminência de voltar a abater-se sobre a Pátria os perigos que ainda a ameaçavam. A inclusão do P.<sup>e</sup> Quental na lista da parenética portuguesa da Restauração tomou por base um manuscrito da Biblioteca da Ajuda intitulado Sermão da Vinha, pregado na Capela Real em 1663 (Cf. Marques, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–1668*, v. I, p. 58, v. II, p. 382 e Apêndice, 1. Sinopse cronológica dos sermões, 1.1. Sermões manuscritos e impressos, v. II). Não dispomos de informação do teor desse manuscrito que João Francisco Marques dá como tendo sido “impresso com variantes”, no volume I dos *Sermões*, e Maria Lucília Pires identifica como o Sermão da Terceira Terça-Feira da Quaresma, pregado na Capela Real, em 1664, em que ambos têm por tema o controverso *Auferetur a vobis Regnum Dei* (cf. Pires, M.<sup>a</sup> L., “O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real”, pp. 165-166). Este sermão refere os muitos desmandos do reino que convocam o inevitável castigo divino, afirmando que nos não podemos julgar protegidos “com os benefícios que Deus faz a Portugal” (v. I, p. 268), desde logo a recuperação da independência, mas também os sinais milagrosos que se têm manifestado nalgumas igrejas (*ibidem*, p. 277). Há que observar a lei de Deus, uma obrigação dos “maiores” para exemplo dos “particulares”, pois “se os que não de castigar as desordens da vinha fizerem os ferimentos, e os homicídios; que não de fazer os mais” (*ibidem*, p. 262)? Tal como o Sermão da Domingo da Septuagésima, também pregado na Capela Real, em 1661, que tem por tema principal o nepotismo e a corrupção do reino, igualmente comparado a uma vinha, o presente Sermão, embora refira os sucessos da Restauração, serve o propósito de tornar mais espessa a linha moralista que norteia a pregação do P.<sup>e</sup> Quental.

<sup>9</sup> Sermão da Terceira Sexta-Feira da Quaresma, Capela Real, 1664, v. I, pp. 276-277.

Ao contrário da justiça humana, que não raras vezes protege os amigos e os mais próximos, a justiça divina é severa no castigo que aplica aos amigos, como aconteceu com os anjos: a proximidade com Deus não impediu que eles tivessem sido condenados, pois vivendo na sua amizade teriam a obrigação de Lhe serem mais fiéis. Assim, da mesma forma que o pecado “fez de um anjo um demônio”<sup>10</sup>, também nós poderemos ser atingidos pela mesma condenação se permanecermos nos vícios que nos farão jazer como mortos, à semelhança da personagem do Evangelho que jazia junto a um lago, incapaz de se lançar a ele para alcançar a cura para os seus males<sup>11</sup>. Reincidir no pecado, permanecer nos vícios e dizer ao mesmo tempo que nos sentimos protegidos de Deus é completamente desprovido de qualquer sentido. Pelo contrário, estas atitudes só fazem aumentar os riscos agravados da condenação, pois “se nós somos mais de Deus, temos obrigação de ser melhores, e como temos maior obrigação, devemos temer maior castigo”<sup>12</sup> e não trilhar caminhos que nos afastem da sua proximidade. Os caminhos de Deus conhecem-se pelos seus sinais, que são o contrário daqueles que conduzem à perdição: largos, planos e repletos de fausto, vaidade, soberba e sensualidade. O caminho que conduz à vida plena é estreito, íngreme e cheio de exigências: é a via da cruz onde se não pode descansar. E sem procurar embalar o auditório com palavras suaves e compassivas, coloca-o perante os mais impressionantes e dramáticos cenários do martírio de muitos santos e do próprio Cristo, dirigindo-lhe lancinantes interrogações:

*Aos seus mimosos não levou Deus por caminhos tão estreito, e tão apertado, que para caberem por ele, a uns cortou a cabeça, a outros vazou o sangue, a outros adelgçou com abstinências, a outros apertou com cadeias, e com cilícios, e a todos despojou do que possuíam, e ainda assim a algum se lhe esfolou a pele? E a seu Filho não o levou pelo mesmo caminho, com os mesmos e maiores apertos, adelgçando-o com jejuns, apoucando-o com desprezos, pisando-o com injúrias, atando-o com cordas, vazando-o de sangue, e ultimamente já no fim do caminho, fazendo-o passar por uma ponte tão estreita, que lhe não couberam os pés, senão um sobre o outro? E ainda assim deixando os vestidos ao pé dela, para passar à sua vontade?*<sup>13</sup>

<sup>10</sup> Sermão da Quarta Sexta-Feira da Quaresma, Capela Real, 1662, v. II, p. 189.

<sup>11</sup> Cf. Sermão da Segunda Sexta-Feira da Quaresma, Dia da Procissão dos Passos em Lisboa, Capela Real, 1660, v. II, p. 247

<sup>12</sup> Sermão da Terceira Sexta-Feira da Quaresma, Capela Real, 1664, v. I, p. 276.

<sup>13</sup> Sermão da Terceira Domingo do Advento, Capela Real, 1659, v. II, p. 82.

O carácter edificante da doutrinação não condescende nem com o ritualismo devoto que cristaliza a vida religiosa e desvia as pessoas do imperativo de reformar o seu estilo de vida, nem com o discurso artificioso e obscuro, portador duma eloquência, incapaz de tocar o coração de cada um e alcançar o seu entendimento. O pregador adapta-se a dois tipos de público, com uma linguagem que mobiliza imagens e exemplos familiares, cumprindo o alto propósito quer de ensinar o povo e persuadi-lo a mudar de vida, quer de alertar os governantes para a sua atuação negligente e perversa, procurando ministrar a todos os remédios que poderão restabelecer a saúde espiritual, abalada por más práticas. Em lugar de distrair o auditório, iludindo a degradação em que se encontra, procura instalar nos corações uma inquietação de mal-estar e angústia. A desolação sofredora é geradora dum *pathos* que desassossega e desinstala as pessoas do aconchego de uma consciência adormecida pela prática religiosa, apontando caminhos de regeneração.

O local e o contexto do sermão não se mostravam indiferentes à sua construção, particularmente atenta à moldura humana do auditório que era preciso comover, despertando-o da rotina ritualista a que estava acomodado e de um “mundanismo espiritual”<sup>14</sup>, como hoje se diria, que serviria apenas de lenitivo para apaziguar danos morais, sequelas de procedimentos que teriam lesado terceiros, conforme o pregador deixa transparecer ao reprovar o despudor de práticas generalizadas, como a que apresenta nos seguintes termos:

*Quando nos vemos em algum aperto, ou ameaça de castigo, manda-se expor o Senhor pelas igrejas, e se entraís em qualquer delas, achais quatro pessoas, e dessas umas com tão pouca decência, que fora melhor não estarem; outras, que pelo receio de serem murmuradas não estão como convém; que chegarão a ser matéria de murmuração as ações de piedade: achais também quando muito uma ladainha; mas penitência, conversão, reforma, emenda, nem confissão, tudo como dantes, e pior um pouco; muito boa é a ladainha, mas há de ser junta com a penitência*<sup>15</sup>.

O realismo das imagens e dos exemplos, por revestirem uma proximidade familiar facilmente assimilável, punha perante o olhar permeável dos ouvintes os

---

<sup>14</sup> Expressão utilizada pelo Papa Francisco para denunciar um estilo de vida em que, sob o respaldo de uma religiosidade aparente, muitos se fazem revestir de uma “boa consciência” para fazerem a promoção do interesse próprio e do bem-estar individual (cf. *Evangelii Gaudium*, pp. 93-97).

<sup>15</sup> Sermão da Quarta Domingo do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p.101.

desafios doutrinários e os projetos de um ideal de vida que se robustecia com o brilho e os artifícios que a oratória era capaz de utilizar. As epígrafes, longamente glosadas e reforçadas por oportunas referências aos livros sagrados e expositores, envolviam a pregação num cunho de autenticidade que atraía e convencia o auditório, dirigindo-o para junto das fontes mais genuínas da verdade. Todos estes recursos conferiam ao pregador autoridade e prestígio, próprios de um agente qualificado do sagrado, e sublinhavam a elevação da missão em que se encontrava investido. O pendor exemplar da pregação contribuía ainda para desviar a atenção do auditório do fulgor e excessos do pregador e centrá-la, assim, na sua função de dirigente esclarecido da vida moral das pessoas e das famílias, bem como dos responsáveis pela administração social e política da comunidade. A todos haveria que resgatar para a causa da justiça e da retidão, tanto a gente anónima e indiferenciada que reclamava orientação, como as elites e os governantes que careciam de ser instruídos das boas práticas e admoestados dos seus abusos e desmandos.

A proteção do poder régio ao clero e a instituições da Igreja em Portugal gerava um circuito de solidariedade entre o poder temporal e espiritual que contribuía para o fortalecimento de ambas as partes. O rei zelava pela ortodoxia católica, mas beneficiava da vigilância do Santo Ofício, em matéria de fé e costumes, assim como de aconselhamento, em que teólogos e juristas, sem ousarem cercear os direitos e privilégios da Coroa, o assessoravam na procura de soluções que legitimassem os seus interesses. O clero exercia o seu poder doutrinador no púlpito, mas também nas casas de formação das ordens religiosas, onde as jovens vocações eram instruídas e os muitos que, ao desistirem da vida religiosa, acabavam por integrar as elites locais. Também a presença de colégios dos Jesuítas em várias cidades e o próprio ensino universitário constituíam focos de irradiação da influência da Igreja, ao ponto de alguns estudiosos deste período da história falarem de uma “presença tentacular do corpo eclesiástico na vida portuguesa”, que fez crescer o número de clérigos, regulares e seculares, e a sua influência em vários estratos da sociedade portuguesa. A abundância de clero que então existia em Portugal propiciava mesmo uma vivência religiosa que se multiplicava na profusão de cerimónias do ano litúrgico, celebradas em festas paroquiais, capelas particulares, confrarias e conventos<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Cf. Marques, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–1668*. v. I, pp. 35-42.

Num universo muito marcado pela atmosfera religiosa, que impregnava a vida social, era fácil fazer convergir num mesmo lugar povo e autoridades, que afluíam às celebrações, em que a pregação constituía mesmo o seu ponto central. Era a ocasião propícia para exortar à reforma dos costumes que pacificasse a convivência social, assim como para conformar a opinião pública a certas causas, designadamente as que fortalecessem a soberania restaurada, protegendo-a de investidas conspirativas que a ameaçavam. Os pregadores da Capela Real e o demais clero que frequentava o paço, para além da missão de aconselhar o rei nas decisões políticas, muitas delas enredadas em dilemas e escrúpulos de consciência, usavam o púlpito para formar a opinião pública quer do ponto de vista político, quer doutrinário, especialmente no domínio moral. O lugar cimeiro que a teologia ocupava no conspecto dos saberes da época não somente acreditava os teólogos para dirimir casos de consciência e tomar a defesa das causas que melhor servissem os interesses do reino ou dos grupos dominantes, mas conferia-lhes também alguma imunidade para cumprirem “o dever de censurar publicamente certas condutas da corte e do próprio monarca”<sup>17</sup>. Num período em que vários países europeus, tocados pela Reforma, desenhavam uma nova conceção do Estado que reforçava o poder político e a sua consequente separação da influência do papado, em Portugal e Espanha, as teorias que propalavam a origem popular do poder harmonizavam-se com a visão absolutista do rei, pois este era, ao mesmo tempo, o garante da ortodoxia católica. A ação dos pregadores prolongava esta conceção, procurando envolver a ação política pelos princípios éticos do cristianismo, e evoluindo em redor da ponderação de regras de governação que poderiam consolidar e reforçar o poder do rei, no exercício equilibrado de uma autoridade soberana, absoluta e indiscutível, mas fiel à Igreja de Roma. A prática parenética alinhava, assim, por um pensamento político denominado “política cristã”, que procurava harmonizar a arte de governar com as orientações morais e religiosas de inspiração católica<sup>18</sup>, versando temas como

---

<sup>17</sup> Vieira Mendes, M., *A Oratória Barroca de Vieira*. p. 81. Cf. Ferin Cunha, M., “Os sermões pregados na Capela Real: auditório e outras circunstâncias”, pp. 250-251.

<sup>18</sup> Cf. Reis Torgal, L., *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, v. I, pp. 165-219 e v. II, pp. 135-232.

*as relações entre o poder monárquico temporal e a jurisdição eclesiástica, a tirania e o tirano — os limites do exercício do poder —, a cultura e a piedade do rei, a relação com os súbditos, o lugar do valido, dos privados e dos ministros, a prevenção contra os aduladores, as mercês, os pretendentes, a justiça distributiva — ou seja, a prática da recompensa com cargos —, a escolha de ministros, a nobreza de sangue e a nobreza de obras, a origem divina do poder, a inveja, cobiça ou ambição dos cortesãos, as guerras santas ou a guerra em geral e, acima de tudo, ocupando mais espaço, as virtudes que competem a um príncipe<sup>19</sup>.*

## 2. REFORMA DO REINO

A que teria obedecido a ordenação do sermônário do P.<sup>e</sup> Bartolomeu do Quental será certamente uma questão difícil de solucionar de forma decisiva, pois nem a menção da data, inscrita em cada sermão, nem a sucessão das festividades do calendário litúrgico a que eles se reportam, nem mesmo os locais em que foram pronunciados proporcionam elementos que nos possam esclarecer. A sua arrumação parece alheia a estes parâmetros, em que datas, locais e até efemérides celebrativas, incluindo cerimônias conventuais e exequiais, fazem suceder os sermões de forma aleatória<sup>20</sup>, completamente à margem desses critérios. É certo que os dois volumes têm em comum abrirem com um sermão sobre o juízo final, ambos pronunciados na Capela Real, mas, mesmo assim, a cronologia não explica a decisão de selecionar para o primeiro volume um texto que é três anos posterior ao que abre o segundo volume, que ostenta a data de 1657.

A escolha do tema de abertura dos dois volumes dos *Sermões* não parece, no entanto, irrelevante, pois não deixa de enunciar a intencionalidade escatológica que o pregador pretende conferir às restantes peças da oratória que reuniu. A tônica é colocada na insignificância dos bens deste mundo e na vacuidade de um estilo de vida focalizado na ostentação das riquezas, pompas, grandezas, valimentos e aplausos. Perante o completo alheamento que as pessoas manifestam dos princípios e preceitos que lhes poderão traçar o rumo que as proteja na vida futura, o pregador pergunta enfaticamente se essa atitude de abandono do

<sup>19</sup> Vieira Mendes, M., *A Oratória Barroca de Vieira*. p. 83.

<sup>20</sup> Cf. Pires, M.<sup>a</sup> L., "O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real", p. 158.

que lhes pode trazer sentido à vida as não torna comparáveis, a “uma leve cana, por fora verde, por dentro oca, e a qualquer sopro mutável?”<sup>21</sup> Porque no final dos tempos tudo ficará reduzido a uma ruína, e só a memória dos justos se conservará, é conveniente passar em revista as inúmeras futilidades que prendem indevidamente a atenção dos homens, como as que os levam a viver na ansia por ocupar os primeiros lugares ou a jamais se satisfazerem com o muito de que já desfrutam, não conseguindo nunca possuir “palácios que lhes bastem, nem lugares em que caibam”<sup>22</sup>. Para além do conforto temporal, preocupam-se ainda em valorizar a imagem e ostentar a linhagem

*em árvore com um tronco, e raízes tão fundas, e tão antigas, que lá chegam ao centro da terra, pouco menos do que quando Deus a criou, com uma altura tão excessiva, que passam os cedros do Líbano, e lá se vão roçar pelas estrelas: com uns ramos tão listrados, que lá vão confinar com os dos reinos mais vizinhos, e às vezes dos mais afastados; e para lhe assegurarem a duração, lhe atam os esgalhos a novos troncos, com umas folhas tão largas, que podem escrever nelas as suas proezas e as dos seus antepassados, e às vezes tudo é folha: com uns frutos tão abundantes, que podem sustentar grandes faustos; e se talvez faltam os frutos, nem por isso se descuidam da árvore: a sua árvore sempre na sua boca, ainda que para a sua boca faltem os frutos da sua árvore*<sup>23</sup>.

E mesmo depois da morte, continua com garbo o pregador, sem disfarçar a ironia, procuram conquistar a imortalidade por meio de inscrições, pinturas e jazigos monumentais em que se “levantem aos ombros de grandes elefantes soberbos mausoléus”. Tudo isto, conclui, não passa de glórias, vaidades e enganos, simples roupagem tecida de fumo com que os mortais se vestem. No final dos tempos, toda a glória do mundo será reduzida a cinza e ninguém perguntará pelos reinos, cidades, palácios, nem demais coisas que nos foram próximas, como propriedades, jardins, quintas, morgadios. Nessa altura, ninguém saberá dizer onde tudo estará, mas dirá antes que não está em parte alguma: tudo no mundo estará arruinado, sem lugar em que esteja, pela simples razão de ter deixado de ser seja

<sup>21</sup> Sermão da Primeira Dominga da Quaresma, Capela Real, 1661, v. I, p. 205.

<sup>22</sup> Sermão do Juízo Final, Capela Real, 1660, v. I, p. 21.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 8.

o que for: “só de um modo estará então o mundo, no nada, de que Deus o tirara, quando o criou; tudo virá a ser nada, e então verão os homens o nada porque se perderam: *Tunc videbunt*”<sup>24</sup>.

O sermão inaugural do segundo volume retoma o tema da ruína que, no final dos tempos, atingirá, não apenas os bens materiais, mas toda a gente e a própria natureza. Sol, Lua, estrelas, mas também monarcas e nobres, papas, bispos e eclesiásticos, ricos e pobres, sábios e ignorantes, mostrarão nesse dia, sem disfarces, o que realmente são: “breves cinzas”. Diluem-se as diferenças sociais e todos tomarão lugar numa planura imensa, sem montes nem outeiros, para que fiquem ao mesmo nível:

*áí se arrasarão os tronos, os cetros, as coroas, as majestades, isto é, arrasarem-se os montes: áí se alhanarão os títulos, as casas, os valimentos, os postos, as dignidades, isto é, alhanarem-se os outeiros; tudo estará arrasado, tudo estará posto por terra, tudo estará igual com o chão*<sup>25</sup>.

A narração bíblica da destruição da estátua que Nabucodonosor viu em sonhos (Dn. 2, 32-35) constitui uma antecipação do que irá acontecer. A destruição que a arrasou, ao ser tocada por uma pedra que reduziu o ouro da cabeça e os metais nobres das restantes partes do corpo ao pó em que se desfez também o barro que lhe modelava os pés, prefigura o mundo quando a ruína o atingir: “áí estará o ouro com o barro, a cabeça com os pés, antes não haverá pés nem cabeça; áí estará o mais soberbo monarca com o mais triste pedinte, e tão boa hora que seja assim, que pode ser, e é muito factível, que esteja o pedinte em melhor lugar do que o monarca”<sup>26</sup>, pois será apenas o merecimento de cada um que ditará o melhor lugar.

Todos serão chamados a dar conta dos seus atos, mas também dos atos dos seus subordinados por quem são responsáveis, conforme deu exemplo o próprio Cristo, no Horto das Oliveiras, ao restituir ao soldado que o foi prender a orelha que Pedro lhe cortou com a espada que desembainhou em defesa do Mestre. Da mesma maneira que Cristo, depois de admoestar o apóstolo, reparou o dano que

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>25</sup> Sermão do Juízo, Capela Real, 1657, v. II, p. 12.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 12-13.

ele provocou no soldado, assim também todos os que não vigiarem os subordinados que têm ao seu serviço responderão por essa omissão. Não se deixando ficar por meras generalidades, passa a concretizar da seguinte forma: o rei, para além de ser responsável pelas suas próprias ações, também responderá pela ações

*de seus ministros, de seus tribunais, de seus estados, do zelo da fé, da imunidade da Igreja, de todo o seu reino; os ministros darão conta dos seus procedimentos, de seus votos, de suas eleições, de suas sentenças, de seus criados; os prelados darão conta do seu exemplo, dos seus súbditos, das suas comunidades, das suas dioceses; e assim os mais darão conta de si, das suas famílias, das suas ocupações, dos seus ofícios*<sup>27</sup>.

E o mesmo se aplica ao pregador que há de também prestar contas a Deus não somente enquanto homem, cristão e sacerdote, mas também enquanto pregador e confessor: “De três coisas mais principais, em que se encerram outras muitas, me há de Deus pedir contas, da pessoa, do estado, e do ofício”<sup>28</sup>, incluindo neste último ponto as suas funções de pregador e de confessor, pela obrigação que lhe assiste de orientar a conduta das pessoas pelo caminho da virtude, designadamente se no púlpito cedeu à tentação da lisonja, em prejuízo da verdade, e no confessionário não mandou reparar os danos perpetrados à honra das pessoas, ou restituir os bens roubados e liquidar as dívidas contraídas.

Sobressai, assim, nesta pregação, como nas subsequentes, a preocupação com a vida reta, considerada não apenas do ponto de vista do foro pessoal, mas também na relação com os outros, por via das exigências ditadas pelo exercício das suas ocupações e ofícios. O autor chama a atenção não propriamente para o quadro normativo que assegure o exercício competente das tarefas que cada um tem a incumbência de desempenhar em diferentes repartições, mas para o seu envolvimento ou empenhamento na execução dos serviços que presta. O acento tónico é colocado a montante das competências técnicas e dos protocolos processuais de atuação, ou dos normativos que os regulam, assumindo particular relevância a atitude ou a índole virtuosa que as pessoas imprimem à sua atuação. Alguns estudos no âmbito da ética das profissões têm chamado a atenção para a

---

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 22.

relevância que reveste o tema da “virtude” para compreender o que confere espessura moral ao exercício “competente” de uma profissão. Mais do que regras ou normas em concreto, a noção de virtude encerra um conjunto de qualidades morais que envolve o desempenho técnico-profissional num projeto de humanização da vida social no seu todo. Augusto Hortal recupera um texto de Max Scheler que fala da necessidade de reabilitar a virtude como um conceito basilar da ética, elencando alguns nomes que a ela se referem, como, por exemplo, “sinceridade, franqueza, misericórdia, generosidade, gentileza, eficácia, eficiência, espírito de iniciativa, diligência, pontualidade, fidelidade, fiabilidade, humildade, afabilidade, respeito pelas pessoas, solidariedade, compaixão, justiça, sentido social...”<sup>29</sup>. Trata-se, pois, de um conjunto de noções que não será propriamente suscetível de ser codificado em normativos, mas que, ao ser interiorizado, define o carácter e marca a ação moral, mais do que as normas escritas ou a enunciação dos valores<sup>30</sup>.

É assim que se compreende a ênfase posta na retidão de carácter do rei, dos magistrados e do comum das pessoas como pressuposto básico do exercício das suas funções, aspeto que cresce de relevância quanto mais elevadas forem as responsabilidades de quem as exerce. E dá como exemplo o tratamento desumano a que a administração do reino submete muitos daqueles que têm de recorrer aos seus serviços, pela exploração desenfreada a que os sujeita:

*Entra um homem na corte a tratar de uma demanda, e entra com uma capa muito boa, e muito sã, e aos quatro dias está a capa feita em retalhos, um retalho leva o requerente, outro retalho leva o escrivão, outro retalho leva o advogado, e não sei se outro o julgador, mas se o não levar o julgador, leva-o a valia do julgador; já se o pobre homem vem a pretensões de outra qualidade, ainda a capa dará menos, porque não bastará dá-la a pedaços, será necessário dá-la inteira; a quanta gente de bem farão tremer estes retalhos, e estas capas partidas! E porque os pequenos se não vão rindo, também a todos os oficiais de todos os ofícios, hão de lá aparecer os seus retalhos<sup>31</sup>.*

<sup>29</sup> Hortal Alonso, A., *Virtudes del profesional*. 2007, pp. 36-37.

<sup>30</sup> Cf. Silveira de Brito, S. H., *Ética geral e éticas aplicadas*. 2016, pp. 287-298.

<sup>31</sup> Sermão do Juízo, p. 26.

A falta de equidade dos serviços do reino pesará sobre o monarca, não por ser agente direto de uma justiça desvirtuada, mas por permitir que ela seja exercida de forma corrompida pelos que se encontram sob a alçada da sua nomeação. Servirão ainda de exemplo as situações de perversão na duplicidade de critérios na administração da justiça, em que, “pelos mesmos crimes, nos do vulgo ordinariamente se executa o castigo; os grandes, os ilustres sempre escapam (...); aos do vulgo se lhes põem a lei às costas, e aos que têm melhores costas, não se põe a lei”<sup>32</sup>. Evoca ainda o exemplo bíblico de Saul (1 Sm 15) que, por não ter executado a ordem divina de castigar pela espada e por igual todo um povo e o seu monarca Agag, se decidiu a poupar o rei, os grandes da corte e os que tinham melhores rebanhos e demais coisas valiosas. Por isso Deus lhe tirou o reino de Israel, pois “rei que pelo mesmo crime castiga o vulgo, e perdoa a Agag, este rei reprova a Deus”<sup>33</sup>. A parcialidade em aplicar as leis torna-as semelhantes a “teias de aranha, que prendem as moscas pequenas, e as quebram as grandes: para as grandes são fios, e para as pequenas são laços”<sup>34</sup>. O rei é o garante do justo funcionamento de todas as repartições do reino, da mesma forma que os chefes dos exércitos, os comandantes dos navios, os guardiões das cidades respondem pelos erros que provocam danos em si próprios, mas também pelo prejuízo que o seu comando poderá provocar nos outros:

*saibam que hão de dar conta a Deus de uma frota, de uma armada, de uma fronteira, de um reino; saibam, que hão de dar conta de si, e mais dos outros, e que há de ser mais estreita a conta, que Deus lhe há de pedir dos seus ofícios, que das suas pessoas, porque nos erros de suas pessoas, perdem-se somente eles, e nos de seus ofícios, perdem-se eles, perdem-se muitos, e perdem-se todos, se se não ajustarem muito com as Leis de Deus, hão de dar estreita conta de muitas fazendas, de muitas honras, de muitas vidas e de muitas almas*<sup>35</sup>.

Bartolomeu do Quental evoca o versículo sapiencial de glorificação das sentenças proferidas por Deus, por serem justos os pesos e a balança do seu julgamento (Pr 16, 10-11), e procura inspiração na antevisão apocalíptica do julgamento

<sup>32</sup> Sermão da Circuncisão, Capela Real, 1663, v. I, p. 181.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>35</sup> Sermão do Juízo, p. 29.

final que confronta o livro da vida de cada um com as prescrições da Lei de Deus (Ap 20, 12). No final do sermão que abre o primeiro volume dos seus *Sermões*, o pregador alcança a culminância da dramatização teatral, envolvendo-se numa encenação repleta de personagens e movimentos que dão forma ao tribunal divino, onde se fará o juízo “por conta, e mais por peso”, num ambiente em que não faltam o trono do supremo Juiz, a multidão de réus, todos por igual e desprovidos das insígnias que assinalavam o seu poder, os anjos a conduzirem o cerimonial, a balança com os seus pratos suspensos, os livros em que constam os deveres de cada um e as obras efetivamente realizadas, ou seja, “em que está assentada a conta do que se há de pesar na balança”, e todo o procedimento que consiste em colocar num dos pratos da balança “o que está carregado a cada um de nós para dar conta, e no outro a descarga que tivermos para dar, que também estará nos livros”<sup>36</sup>. E enumera a sucessão ordenada de todo o processo, que se inicia pelo julgamento dos sacerdotes, bispos, confessores e pregadores, com o anjo a pôr num dos pratos da balança os deveres e obrigações e no outro as suas obras. Segue-se depois “o peso, e a conta” dos reis, com o anjo a pôr também num dos pratos da balança o cetro e a coroa, com

*todos os seus tribunais, todas as suas secretarias, e todos os seus ministros, com o cuidado que devia ter de os escolher, e de os vigiar; porá logo a obrigação que tinha de fazer guardar a imunidade da Igreja, e zelar a propagação da fé; e aos do nosso Portugal porá também as cinco chagas que Jesus Cristo lhes deu por quinas, com obrigação de as arvorearem nos muros da infidelidade; porá logo todos os seus vassallos, com a obrigação que tinha de os reformar nos costumes com o seu exemplo, e de os igualar no castigo aos delitos, e no prémio aos merecimentos; porá finalmente todos os seus reinos, e todas as suas conquistas, que de todas há de dar conta*<sup>37</sup>.

Depois dos reis, segue-se a abertura de um novo ato: chegará a vez dos conselheiros, e outra vez o anjo começará a preparar a balança, colocando num dos pratos os regimentos dos tribunais que os ministros e juizes tinham o dever de cumprir, a isenção no aconselhamento do rei, que os obrigava a decidir em consciência,

---

<sup>36</sup> Sermão do Juízo Final, p. 27.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 30.

“sem paixão de ódio, nem afeição”, a eficácia no atendimento e despacho das petições, sem dilações que causam danos aos peticionários e ao reino. Todo aquele que está investido numa função tem a obrigação moral de a desempenhar com zelo para não prejudicar terceiros, pois qualquer ato negligente ou mau conselho não é um pecado isolado que fica limitado àquele que o comete, mas “é tantos pecados, quantos danos, quantas perdas, quantas ruínas nascem dele”<sup>38</sup>.

A advertência aos responsáveis pelo governo do país para zelarem pelo bem-comum, particularmente os mais desprotegidos, e não para benefício próprio e dos mais próximos, é uma constante na pregação do P.<sup>e</sup> Bartolomeu do Quental, que insiste no dever de ouvir as pessoas nas suas petições, exigindo a todo aquele “que governa tanto, ou mais escrúpulo de não ouvir, que de não julgar; despache quando convier, mas ouça sempre; quando não for conveniente despachar o miserável, console-o ao menos com ouvi-lo”<sup>39</sup>. E evocando a súplica de Salomão que pedia a Deus um coração capaz de ouvir para bem julgar, lembra a todos os que têm a incumbência de julgar a obrigação de ouvir as partes, expressando-se de forma lapidar do seguinte modo: julgador que ouve o que condena, e não o que livra, tem mau coração:

*Julgador que ouve o que livra, e o que condena, tem bom coração: julgador que ouve o libelo criminal, e não a defesa do réu, tem coração de tirano: julgador que ouve os soltos, e não os presos, tem coração de parcial: julgador que ouve os presos, e os soltos, a defesa, e o libelo, tem coração de juiz*<sup>40</sup>.

O exercício do poder, seja ele político, judicial ou de outra índole que envolva decisão, constitui um serviço exigente que não poderá estar à mercê de interesses, negligências e caprichos de quem o exerce. Quem o detém, um dia irá responder por ele, tendo em linha de conta os danos que a sua atuação ou falta dela poderá ter causado a terceiros.

Ao abordar a parábola dos operários da vinha, no sermão do Domingo da Septuagésima, não se inibe de introduzir o tema do nepotismo, que enche “a

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>39</sup> Sermão da Segunda Dominga do Advento, Misericórdia de Lisboa, 1656, v. I, p. 132.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 133.

vinha de tantos cepos como cepas” pelo favorecimento que, com a estranheza e a desconfiança de toda a gente, é dado aos parentes, amigos e afilhados. A proteção abusiva que os responsáveis pela administração pública dispensam aos que lhes são próximos, em detrimento dos melhores ou mais competentes, torna “a vinha cheia de comedores, e vazia de operários”<sup>41</sup>. A atuação dos dirigentes políticos será vital para o funcionamento do reino, pois não só deverá garantir a equidade no tratamento de todos os cidadãos, mas servirá também de exemplo inspirador da conduta de todo o povo. Tudo funciona de forma comparável a um organismo vivo, em que “é impossível estarem os corpos sãos, quando as cabeças estão doentes: *cum caput dolet, cætere membra dolente*”<sup>42</sup>, assegura o sermão da Quarta Dominga do Advento. A vida política assemelha-se ao nosso corpo, bastará um desarranjo mental para que todos os movimentos do corpo se desarticulem: “se a cabeça não governa, não dura o corpo em pé”, insiste o pregador, fazendo passar a sua doutrinação por uma comparação tão clara aos olhos de todos, porque remete para a própria experiência de cada ouvinte.

O mesmo procedimento é utilizado na denúncia de usar o poder em benefício próprio, e não do interesse geral. Para acentuar a iniquidade deste procedimento, recorre a exemplos que o senso comum facilmente percebe, como os que comparam o Estado corrompido a uma carruagem em que o carro, os cavalos e as rodas simbolizavam, respetivamente, a corte, os governantes e o povo: “os animais puxavam pelo carro, e as rodas sustentavam o peso”<sup>43</sup>. Ao mesmo tempo que sublinha a importância dos animais para mover as rodas que deslocam o carro, realça a importância que eles revestem para o movimento equilibrado das rodas e a condução segura de todo o carro, pondo assim em evidência a responsabilidade dos que puxam e guiam o carro, pois os seus erros e negligências não apenas desencaminham os próprios, mas também todos os outros<sup>44</sup>.

Sobre os ombros de quem governa pesa o ónus de responder não só pelos seus atos, mas ainda pelos seus reflexos na vida do Estado, dando como exemplo a corte de Nínive que pela pregação de Jonas (Jn. 3) reformou radicalmente a sua

<sup>41</sup> Sermão da Septuagésima, Capela Real, 1661, v. I, p. 79.

<sup>42</sup> Sermão da Quarta Dominga do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p. 92.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>44</sup> Cf. Brandão da Luz, J. L., *Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem*. p. 75.

conduta, no que foi acompanhada pelos seus habitantes que lhe seguiram o exemplo: “reformaram-se os tribunais, igualaram-se as balanças da justiça, restituíram-se os roubos, deixaram-se os ódios, acabaram-se as invejas, emendaram-se as vidas, cessaram os pecados, converteram-se todos”<sup>45</sup>, pelo que a população inteira foi poupada à destruição que a ameaçava. São assim apresentados os marcos da verdadeira reforma, que não se limita à contrição interior, mas obriga a restituir aos outros o que lhes foi tirado, reparando todos os danos que lhes foram infligidos.

Denuncia o ambiente de dissimulação que se vive na corte, em que muitos calam a verdade e procedem contra a sua consciência pelo medo que têm de perder o lugar, ao desagradarem ou contrariarem aqueles de quem dependem. No sermão da Segunda Dominga do Advento, dois anos após a morte de D. João IV, lembra o episódio dramático de João Batista, preso por Herodes porque “a verdade lhe amargou”, e recorre ao relato bíblico de Isac que, limitado pela sua cegueira, tomou Jacob por Esaú e ungiu-o como seu sucessor (Gn. 27). Foi induzido num erro irreparável por esta dependência que influenciou a sua decisão, por isso o pregador faz votos para que na nossa corte, ao contrário da de Herodes, seja a verdade a prender a dependência: “que prenda na nossa corte a verdade a dependência, já que na de Herodes prendeu a dependência a verdade”<sup>46</sup>. Referindo-se à rede de dependências que existe no paço, alerta para o perigo de se tomarem as vozes fingidas por verdadeiras, lembrando que “em havendo dependência, não há verdade”<sup>47</sup>.

O púlpito da Capela Real serviu de tribuna ao P.<sup>e</sup> Quental para denunciar os vícios duma sociedade corrompida e apontar a ordem justa que a poderá regenerar. O Sermão da Circuncisão, pregado no início de janeiro de 1663, já no reinado de Afonso VI, parece até particularmente pertinaz nos termos em que se dirige ao monarca. Antes de cumprir o costume de endereçar ao rei as saudações de Ano Novo, faz votos para que o monarca seja “benigno para os vassalos, guerreiro para os inimigos; para que comece a obrar feitos tão generosos de rei,

---

<sup>45</sup> Sermão da Quarta Dominga do Advento, p. 100.

<sup>46</sup> Sermão da Segunda Dominga do Advento, Capela Real, 1658, v. II, p. 47.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 44.

e de católico”, e assim “comecemos a contar bons anos a Portugal apesar do miserável estado em que se vê”<sup>48</sup>. No rescaldo da situação tumultuosa que então se viveu, não deixa de endereçar os bons anos, “hoje particularmente à rainha-mãe; que como a cortou tanto o golpe do filho, recompensou-lhe Deus as dores com as felicidades”, e recorda ao monarca o exemplo de Cristo que, tendo nascido rei, se sujeitou à lei da circuncisão “para mostrar que os ditames que dava aos reis, eram também para os infantes”, ele que já era rei, sendo menino. Como esclarece, mais à frente, de forma direta, na presença do monarca, a lei de Deus a todos obriga, pelo que os “reis que dão leis aos reinos, não devem viver sem lei; hão de ter a de Deus por particularmente sua, por ela hão de medir todos as suas ações, e fazer que se guarde inviolavelmente”<sup>49</sup>.

A um ritmo pendular, o discurso oscilava entre um modelo ideal ou desejável de vida, que tinha na lei de Deus e em diversos episódios da Bíblia a sua principal inspiração, e o mundo desnordeado da experiência vivida, que era representado pela corte. O pregador critica abertamente os vícios dos poderosos. O rei era advertido para os desmandos que lavravam na administração pública e era até objeto de reparo a arbitrariedade dos seus atos, os ministros censurados por se servirem dos lugares de poder em benefício próprio, bem como dos seus parentes e amigos, os funcionários reprovados por serem negligentes nos serviços que prestavam a terceiros e todos, em geral, por dissimularem a verdade ao sabor das suas conveniências. O procedimento era comum à parenética da época que deveria ter por missão apontar aos fiéis, neste caso concreto, uma corte considerada corrupta e perdulária, os caminhos que neste mundo a poderiam reabilitar e conduzir à salvação. Será missão do pregador estimular as pessoas não apenas a cuidarem da vida interior, mas também a conformarem a conduta social e política com os princípios de uma moral que a pudesse cristianizar. A doutrinação por meio da pregação, particularmente valorizada pelo Concílio de Trento, cumpriria este desígnio que o P.<sup>e</sup> Quental exerceu de forma desassombrada, pelo menos na versão escrita dos seus sermões. O seu propósito não seria tanto agradar ou suscitar a satisfação dos ouvintes, mas sobretudo confrontá-los, de forma direta

---

<sup>48</sup> Sermão da Circuncisão, Capela Real, 1663, v. I, p. 101.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 105.

e enérgica, com a necessidade imperiosa de mudar de vida, apontando e recri-  
minando em público as culpas e pecados que cada um deveria confessar depois  
no recato sacramental do confessorário.

### 3. REFORMA INTERIOR

Os sermões proferidos fora da Capela Real não versam, em regra, temas de índole política, mas têm por alvo principal orientar as consciências, em geral, para a reforma de vida. Tornava-se premente sacudir o torpor vicioso dos círculos de maledicência permanente, animosidade e ódio entre famílias, vinganças que os pais deixavam aos filhos por legado, usurpação de bens e atentados à honra que lesavam e difamavam pessoas, e até ameaças à saúde e vida que alimentavam uma criminalidade que crescia sem emenda, tudo isto praticado com o conforto de confissões repetidas que serviam apenas para abrir um novo ciclo, em que tudo se reiniciava, muitas vezes com redobrada intensidade. Ao abordar o tema, o autor não se limita a vituperar os vícios, agitar ameaças de condenação, mas, antes, procura fazer ver aos que o escutam que o caminho da regeneração moral passa pelo propósito firme de emenda. A construção do argumento parte de dados que a psicologia do ato voluntário sistematizou, em que o agir humano se apresenta a partir da sua intencionalidade. Os vícios e danos que flagelavam os outros têm origem na falta de retidão da consciência, que é urgente redirecionar. Sem a firme determinação de intervir na causa ou origem dos atos humanos, a prática religiosa da penitência mostra-se destituída de eficácia sacramental, servindo apenas para enumerar o rol de pecados, à margem do que os poderá emendar, ou seja, a renúncia da intenção de os voltar a cometer e a resolução de os reparar. Enunciar uma listagem de faltas, delitos e crimes não desobriga as pessoas, se continuarem presas às causas que provocavam as suas perversões. Por essa razão voltavam a reincidir, deixando “tudo como dantes, e pior um pouco”.

Explorando a vinculação que a intenção inerente à consciência confere ao ato moral, o Sermão da Terceira Domingo da Quaresma, pregado na Misericórdia de Lisboa, procura deslindar o significado das palavras de Cristo ao ordenar que se arrancasse e lançasse fora a mão, o pé ou os olhos que tivessem sido causa de pecado. O significado literal do discurso não poderá deter a descoberta da sua

dimensão profunda, pois, esclarece, “não estamos obrigados ao que as palavras soam, mas ao que significam”<sup>50</sup>. O exagero contido no radicalismo dessas afirmações carece de ser interpretado como um convite para sermos “resolutos em desarreigar a causa de nossos males”, explicando ainda, com apoio de exegetas, a necessidade de se atender à origem do pecado, que não está no uso das mãos, dos pés, dos olhos, ou, como ele designa, no “uso das potências”, mas antes na depravação da vontade. Deste modo, a ordem para arrancar e lançar fora esses instrumentos corporais do pecado entende-se como convite “não a arrancar as potências, mas a desarreigar a causa dos danos”, remetendo assim o auditório para a reconversão da vontade, sem a qual nunca se conseguirá, conclui no mesmo momento, “ter emenda em nossos vícios”. Só reorientando a instância que comanda os nossos atos, desviando-a da má inclinação que a contamina, se opera a reforma interior. A psicologia do ato voluntário e a doutrina das fontes da moralidade dos atos humanos, em que sobressai a intenção do sujeito que age, para além do objeto e das circunstâncias, servirão para mostrar aos ouvintes o embuste da confissão, quando as pessoas se limitam a enumerar um rol de pecados e não confessam a causa por que estão em pecado: “o pecado não está propriamente no uso das potências, mas na intenção da vontade”<sup>51</sup>. O caminho que poderá libertar das dependências que as escravizam, acrescenta de imediato, passa pelo “propósito muito firme de os não tornar a fazer”, erradicando da vontade a causa que a orienta à prática do mal. O significado desta passagem do Evangelho não está, assim, no apelo ao radicalismo da automutilação de membros e órgão corporais, mas, pelo contrário, na depuração da consciência. O que ela nos quer ensinar é

*a verdadeira contrição de nossos escândalos, e de nossos pecados; e para nos ensinar a verdadeira dor, e o verdadeiro propósito, diz que lancemos fora as potências com que delinqüirmos (...). Sim, que sem lançar não há doer, nem há propor: o que Cristo Senhor nosso nos quis ensinar, foi que nos doêssemos do que delinqüíssemos com estas potências, e para dizer que nos doêssemos, disse que as lançássemos, porque sem lançar não há doer: manda-nos lançar fora a mão, o pé e os olhos; porque de pecado que ainda está da minha mão, mal me poderei doer; de vício que ainda fica com pé,*

<sup>50</sup> Sermão da Terceira Domingo do Advento, Misericórdia de Lisboa, 1659, v. II, p. 481.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 481.

*mal me poderei apartar; de torpeza, em que ainda me vão os olhos, mal poderei propor; e para lançarmos fora, projice abs te, nos manda duas cousas, abscide, e arrancar, erue, porque se há de cortar o vício, e arrancar-lhe a raiz, que importa pouco que o vício se corte, se a raiz se não arranca; vício que se corta, ainda pode crescer; raiz que se arranca, não pode brotar<sup>52</sup>.*

E para fazer ver a inutilidade de confissões repetidas sem serem animadas do propósito de mudar radicalmente de vida, apresenta uma sequência de exemplos que vai buscar às Escrituras e que apelam à experiência do quotidiano. Primeiramente, reporta-se ao sucesso bíblico de Sansão que recuperou a força sobre humana, que o fazia mover montanhas e desabar palácios, quando o cabelo lhe voltou a crescer. Porque, à traição, os Filisteus lhe cortaram os cabelos compridos que possuía, mas não lhe arrancaram as raízes, o herói acabou por recuperar o poder da força que possuía nos cabelos. Assim também o pecado volta a despontar quando apenas o combatemos à superfície, sem ir à raiz que o faz renascer. Evoca ainda os exemplos das árvores, que sempre voltam a rebentar se apenas lhe cortamos os ramos, sem remover as raízes, e lembra o que acontece com dor de dentes que reaparece, muitas vezes mais forte, quando se não consegue extrair a raiz. Tudo isto é comparável aos que julgam encontrar alívio para os seus pecados confessando-se amiudadas vezes, mas sem mortificar os pensamentos. São semelhantes àquele que

*cortava os cabelos, mas não arrancava as raízes; lá lhe ficava sempre um não sei quê de inclinação ao vício; um não sei quê de afeição desordenada; um não sei quê de má vontade ao próximo; e como nunca arrancou a raiz, cresceu o cabelo, e arruinou o edifício: querem que o edifício se não arruíne? Façam que o cabelo não cresça; querem que o cabelo não cresça? Tratem de que a raiz se arranque.*

*Esta é a raiz de nossos males, não lhe arrancamos a raiz. Se ao tirar quebra o dente, e fica a raiz, dói o queixo tanto como dantes, e às vezes mais. Nas árvores, sempre brotam vergôntes, para se acabarem não importa que lhe ponham os ramos ao sol, se lhes deixam as raízes na terra, que se não hão de acabar por cortarem-lhes os ramos, mas por arrancarem-lhes as raízes.*

---

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 482.

*Um pecador florente em seus vícios é uma árvore copada com os seus ramos; a confissão é um machado que corta por estes ramos, e por estes vícios: chega o pecador uma, e outra, e muitas vezes à confissão; chega o machado uma, e outra, e muitas vezes à árvore, e o machado a cortar, e a árvore a crescer: que é isto? (...) Este é o nosso engano nas confissões: eis aqui porque nunca nos emendamos, porque queremos acabar com as árvores pelos ramos, sem chegar às raízes<sup>53</sup>.*

O pregador recorre ainda aos dados da antropologia filosófica de inspiração cristã para lembrar a natureza contingente e precária da realidade humana, agravada pela efemeridade da vida. A epígrafe do Sermão da Cinza que pregou na Misericórdia de Lisboa, *Momento homo quia pulvis es, et in pulverem reverteris*, traz os elementos basilares de uma verdadeira concepção do homem. Bartolomeu de Quental distingue entre a concepção de homem da “filosofia humana”, que o define como animal racional, e a que é adotada pela “filosofia católica”, que toma como sua a definição do próprio Deus: ser pó. Ao contrário da primeira definição, esta traz a garantia do “Autor de toda a verdade, e de toda a fé”, começa por esclarecer, para logo fazer derivar duas propriedades que lhe estão intimamente associadas e assinalam indelevelmente a sua natureza contingente: “ser frágil, e ser breve; frágil na natureza, e breve na duração”<sup>54</sup>. A demonstração da fragilidade decorre da natureza do próprio homem, que, sendo formado de barro, transporta consigo esta propriedade inerente ao próprio barro com que foi moldado, antes mesmo de Deus lhe infundir a alma. O homem “já era frágil antes de ser homem, e se procedemos de um pai, que antes de ser homem já era frágil, primeiro recebemos dele sermos frágeis do que sermos homens”<sup>55</sup>. Por isso, ao criá-lo, logo Deus o quebrou para fazer sair a mulher do barro fendido das costelas de Adão. A fragilidade do barro que modelou o primeiro par da criação, propagou-se a toda a sua descendência, tornando-a quebradiça, propriedade que é inerente ao barro e a tudo o que nele se modela:

*O barro nasce de um elemento, e todos os outros três o quebram; nasce da terra, quebra-o a água, o fogo, e o ar; na água abre, no fogo estrala, no ar se rompe (...), e é,*

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 484.

<sup>54</sup> Sermão da Cinza, Misericórdia de Lisboa, 1662, v. I, p. 38.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 41.

*que estes mesmos elementos, que quebram o barro, concorrem para o seu ser, e para a sua conservação; sem água, fogo, e ar não pode ser barro, nem ser vaso, porque com a água se amassa o barro, e se forma o vaso, no ar se seca, e no fogo se coze, e é grande lástima da sua fragilidade, que os mesmos que o formam, o quebrem: também esta circunstância não faltou no barro humano; o homem sem água, fogo, e ar não pode ser, nem se pode conservar, porque sem o húmido, e cálido não pode viver; e sem o ar não se pode conservar, porque no húmido radical, e no calor vital, consiste a sua vida, e na respiração do ar a sua conservação; e porque não tivesse a sua ruína muito longe da sua fragilidade, dentro da sua fragilidade pôs Deus, e a natureza a sua ruína, pois estes mesmos com que vive, e se conserva, o quebram e arruínam<sup>56</sup>.*

Da fragilidade natural do barro, ameaçada ainda pela ação de agentes externos que o quebram e do tempo que o desgasta, procede uma outra propriedade, que é ser “breve na duração”. Um sopro de Deus opera a animação do barro da criação do primeiro homem, o que torna a vida humana comparável à luz de uma tocha “que com um sopro se acende, e com outro se apaga”. Mas esta relação de semelhança procura ir mais fundo, explorando outras dimensões que podemos descobrir no paralelismo, pois, faz ver o pregador, assim como a tocha alumia ao mesmo tempo que se vai consumindo, também o homem “vive do que morre, porque arde do que se gasta”. A vida esgota-se na exata medida em que cresce a sua longevidade: “a nossa vida por uma parte arrasta o tempo, e por outra a atropela a morte<sup>57</sup>. Quanto mais vivemos, menos tempo nos resta para viver! Em geral, todos sabem que a morte está intimamente ligada à vida, desde que nascemos, no entanto, comportam-se como se fossem possuidores de uma vida longa, pondo-se a fazer projetos de longo prazo, como o rico insensato do Evangelho que mandou edificar grandes celeiros para poder guardar a abundante colheita que naquele ano as suas terras produziram (Lc. 12, 16-21). Pensou garantir, desta forma, o seu futuro por vários anos, porém “não lhe coube nem um dia<sup>58</sup>, comenta o pregador para logo qualificar a brevidade da vida, que alguns denominam “correio de posta, outros seta que voa, outros sombra que foge, outros sonho que passa, outros

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, pp. 43-44.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 52.

vento que desaparece”<sup>59</sup>. Não obstante o realismo destas comparações, muitos sentem-se na vida como os passageiros duma nau, que veem tudo à sua volta em movimento, à exceção deles que confiam na ilusão de estarem parados. A brevidade da vida humana é comparável ao viço das flores: “pouco duram os homens, nada duram as flores; o mesmo dia, que lhes festejou o nascimento, as chora no sepulcro”<sup>60</sup>. E quanto mais delicada é a natureza das coisas, menor a sua duração, como se poderá ver ao comparar o ferro com o vidro. O ferro, porque é mais denso, é mais durável, ao contrário do vidro que, por ser mais transparente, quebra com maior facilidade. Assim também acontece com a natureza humana, quanto mais fino for o barro, maior será a sua fragilidade. A natureza das coisas traz inscrito o grau da sua fragilidade e ruína:

*A rosa tanto que exala todo o cheiro, logo murcha: o Sol tanto que evapora toda a luz, logo declina; e a razão deve ser porque a natureza, nem tem infinidade, nem permanência: como não tem infinidade, chega a estado em que não pode crescer; como não tem permanência, nunca tem estado, em que possa durar; e como chega a estado em que não pode durar, nem crescer, é força diminuir: vive o Sol enquanto vai reforçando seus raios, tanto que chega a estado em que evapora todas as luzes, logo declina para as mortaldas, e de declinar a morrer vai tão pouco, como se vê: e que esta seja a fragilidade das melhores prendas! Que o Sol vive pouco para luzir muito! Que a rosa dure menos por cheirar mais! Que o mais precioso seja o mais mortal!*<sup>61</sup>

O homem é em vida o que depois será na morte, pó ou cinza — *pulvis es, et in pulverem reverteris* —, não só ele mas também todos os seus títulos e riquezas. O tema já tinha sido abordado em outros sermões, como os que versaram o Juízo Final, pregados na Capela Real, que tomaram a ruína que atingiu a estátua de Nabuco como exemplo do que acontecerá também aos reis, nobres e poderosos. Porém, neste Sermão da Cinza, o ângulo de incidência não parece centrar-se tanto no nivelamento que a morte opera nas desigualdades sociais, dando ocasião ao

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>60</sup> Sermão das Exéquias da Senhora Dona Leonor Maria de Menezes, Condessa de Atouguia, Convento de S. Francisco de Xabregas, 1664, v. I, p. 444.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 457.

pregador para fazer o inventário da ostentação de poder e riqueza, lutas por ambições, disputas pelos melhores lugares e por outros favorecimentos. Pelo contrário, o centro da atenção é colocado nas vivências do comum das pessoas, marcadas pela partilha de experiências que o mundo agrário propicia, o que lhe confere um teor meditativo “em que o orador se apresenta como o diretor dos exercícios espirituais, o dador de pontos a meditar”<sup>62</sup>. Assim, as pessoas são confrontadas com a morte, que é comparada ao pó que a debulha do trigo ceivado das searas deixa nas eiras, depois de o cereal ter sido recolhido pelo lavrador e a palha ter sido levada para os animais:

*este mundo é uma seara, nela umas espigas são mais altas, e outras mais baixas; mas todas são espigas, todas em seu tanto são formosas, todas têm sua palha, e seu trigo, e por mais que seja o trigo, sempre é mais a palha, por mais que sejam as riquezas, sempre são mais as vaidades; vem o verão, chega o tempo de segar, entra a morte que é o segador, na seara com a sua foice (...), com a foice corta as espigas, com os pés do cavalo debulha as palhas; o trigo vai para o lavrador, a palha para os animais, e na eira não fica mais que os pós: o trigo, as riquezas, os títulos, as casas vão para os herdeiros, a palha, as vaidades, as delícias, o corpo vai para os bichos, e na cova não fica mais que as cinzas*<sup>63</sup>.

Ao entrar na seara, o segador trata todas as espigas por igual, lançando a foice sem distinguir as mais altas das mais baixas, as mais maduras das mais verdes, levando-as depois para a eira para serem pisadas. Da mesma forma, por muitos regalos que se deem ao corpo, o seu destino será igual ao de todos. As desigualdades do mundo que diferenciam as pessoas esbatem-se na morte em que todos são cinzas. E perante elas cabe perguntar onde está a formosura do rosto, a suntuosidade dos adornos, a eloquência dos sábios? Perante as mesmas cinzas ninguém poderá “distinguir quais são as do sábio, ou as do ignorante, quais as do rei, ou as do vassalo, quais as do senhor, ou as do servo”<sup>64</sup>.

O remédio para destino tão inevitável é apenas um, conforme prescreve no Sermão da Segunda Domingo do Advento, também proferido na Misericórdia de

<sup>62</sup> Pires, M.<sup>a</sup> L., *O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real*. p. 167.

<sup>63</sup> Sermão da Cinza, pp. 60-61.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 65.

Lisboa: “não há melhor remédio para morrer bem, que viver bem; que se reformem no breve discurso desta vida, para lograr a eternidade da outra”<sup>65</sup>. No caminho desta reforma de vida está o amor universal, que inclui também todo aquele que nos faz mal, não para o seguirmos na sua perversidade, em que ele se mostra mau, mas enquanto pessoa. “O vosso inimigo qualifica a vossa nobreza, e apura o vosso poder”<sup>66</sup>, pois, explica a seguir, amar aquele que nos ama é um ato natural de reciprocidade, mas “amar quem nos aborrece é crédito da pessoa porque obriga o amor a vencer uma repugnância”, dando elevação ao nosso poder:

*Erradamente cuida o mundo que em vingar está o poder, sendo muito pelo contrário, que mais está o poder em não vingar: quem se não vinga, porque não pode, falta-lhe o poder; quem se vinga porque pode, terá poder, mas falta-lhe a generosidade; quem pode, e não se vinga, tem generosidade, e mais poder: o que se não vinga, porque não pode, é fraco, o que se vinga porque pode, é vingativo, o que pode, e não vinga, é generoso; e assim não está o sumo, e o generoso do poder nem em vingar, nem em não vingar, mas em poder, e não vingar*<sup>67</sup>.

É pois no perdoar que radica o maior poder quer em relação ao que perdoa, porque venceu as suas resistências, quer em relação ao seu inimigo que o fez amigo, em lugar de o tornar mais inimigo, se se tivesse vingado dele. Da mesma forma que os discípulos de Cristo, para o defenderem dos guardas que o foram prender, não utilizaram o poder das suas espadas, por determinação do próprio Cristo, “também o poder do homem vê-se mais no que pode vingar, que no que vinga”<sup>68</sup>. Nisto o homem se assemelha a Deus, que mostra o seu sumo poder quando perdoa, como demonstrou Tomás de Aquino, referido pelo autor. Cristo deu o exemplo quando não só não castigou Judas pela sua traição, como o encobriu dos restantes discípulos e ainda o desculpou, tomando o seu ato como cumprimento das Escrituras. As pessoas fazem exatamente o contrário com os agravos que recebem dos outros, “nem os encobrem, nem os desculpam, nem os perdoam”<sup>69</sup>.

<sup>65</sup> Sermão da Segunda Domingo do Advento, Misericórdia de Lisboa, 1656, v. I, p. 157.

<sup>66</sup> Sermão da Primeira Sexta-Feira da Quaresma, Misericórdia de Lisboa, 1663, v. I, p. 230.

<sup>67</sup> *Ibidem*, pp. 239-240.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 245.

<sup>69</sup> Sermão do Mandato, Sé de Lisboa, 1659, v. I, p. 332.

Um estilo de vida que se deixa contaminar pelo sabor das fantasias do mundo, exorbitando na ostentação, conforto, poder e domínio, recolhe certamente a aprovação social que o confirma e reforça, mas labora em puro engano. Compete à pregação investir na missão de denunciar esta ilusão, chamando os ouvintes ao caminho da autenticidade, pela reforma dos costumes. Os aplausos mundanos agravam a enfermidade moral, e o ritualismo religioso mantém a ilusão de alívio da consciência que continua vergada ao peso dos atos que sobre ela se abate. Haverá que estremecer esta forma acomodada de viver, num vazio de meras aparências que se tomam por verdadeiras, e confrontá-la com as fontes inspiradoras da verdade e do bem que a poderão preencher. Para que nesta vida se logre a eternidade na outra, conforme a exortação que há pouco referimos, o projeto do pregador comporta dois andamentos que se associam, e em que demonstra, com a autoridade das Escrituras, por um lado, a vacuidade do mundo e a inautenticidade da vida presa à sedução dos seus enganos, por outro lado, a fonte inspiradora que a poderá reabilitar. A inautenticidade do mundo ou a sua falsidade é apresentada em vários sermões que sublinham a insanidade de uma vida que nele se apoie. A sábia autoridade do rei Salomão servirá de apoio eloquente a este propósito, por ter sido ele quem dissera, depois de experimentar todas as riquezas, delícias e honras do mundo, que tudo era vaidade<sup>70</sup>. Também o pedido da filha de Jefté para correr o mundo, antes de ser vitimada em cumprimento do voto do pai pela sua vitória sobre os Amonitas (Jz. 11, 30-37), reforça a ideia de um mundo fonte de enganos, mostrando que custa menos deixar o mundo depois de o conhecer do que antes, pois, argumenta o pregador,

*o mundo não é cousa tão grande depois de experimentado, como antes de conhecido; antes de conhecido é o que parece, depois de experimentado parece o que é, e como sempre é mais o aparente, que o verdadeiro, mais é o mundo antes de conhecido, que depois de experimentado*<sup>71</sup>.

O conhecimento coloca-nos no caminho da verdadeira sabedoria, pois permite medir, pesar e avaliar o mundo por padrões ou exigências que põem a descoberto as suas insuficiências. O mundo antes de o conhecermos é uma construção da

---

<sup>70</sup> Cf. Sermão na Profissão de uma Religiosa, Convento de Santa Clara, 1663, v. II, p. 227.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 227.

nossa imaginação, que o desenha e pinta com as formas e as cores do sonho e da fantasia, depois de conhecido, revela-se um modo de ser precário e distante, incapaz de preencher e fixar os sentimentos mais elevados do ser humano. Como o pregador esclarece de forma lapidar:

*O mundo é uma cousa, que tanto, ou mais nos tenta na nossa memória, que na sua realidade; porque na sua realidade tenta-nos como ele é, e na nossa memória, como nós o cuidamos; e como nas coisas do mundo ordinariamente não é tanto o que é, como o que se cuida, mais nos tenta na nossa memória, que na sua realidade*<sup>72</sup>.

O episódio dos convivas que se escusaram a participar num banquete que lhes fora preparado, alegando que tinham comprado, um deles uma quinta que ia ver, outro uma junta de bois que queria experimentar, explora o contrassenso das suas alegações, que compraram sem ver e experimentar. Mas, de seguida, explica ser este o modo que o mundo utiliza para se defender da falta de credibilidade das coisas que nele se compra e vende: “o mundo como se não fia no que vende, nem vende à vista, nem dá à prova: só Deus como se fia no que dá, dá à prova, e mais à vista”<sup>73</sup>, conclui, colocando em contraste total os critérios e os procedimentos do mundo e os de Deus.

Porque o mundo é falso no que dá, sublinha o pregador, Cristo terá achado necessário reforçar as palavras em que deu a comer a sua carne, dizendo que essa era verdadeira comida (*vere est cibus*): “só Deus dá cousas verdadeiras, porque só Deus é a suma verdade”<sup>74</sup>. A verdade de Deus não se compara com a verdade do mundo, que transporta sempre sombras que a distorcem. As palavras que formam os discursos dos homens para exprimirem as coisas do mundo e os seus sentimentos são exíguas e fonte de obscuridade, só a verdade de Deus não oferece ilusões, mas transparece, sem condições, como Palavra ou Verbo. Mais uma vez nos remete o pregador para a narrativa evangélica, desta feita para o prólogo joanino, onde se diz que a Verdade de Deus se situa na sua Palavra, que executa as obras do seu Poder. Por esta razão o evangelista diz que o Verbo se fez carne:

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, pp. 241-242.

<sup>73</sup> Sermão do Sacramento, Convento da Encarnação, 1660, v. II, p. 455.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 453.

“não diz que Deus se fez carne, mas a Palavra, para que se visse que por essa Palavra não só se faziam todas as obras, mas ela mesma se fazia obra na Encarnação”<sup>75</sup>. Ao remeter-nos para a força do poder do Verbo ou da Palavra como esteio indefetível, capaz de corrigir as ilusões dos sentidos e os erros dos raciocínios precipitados, o pregador coloca perante o olhar de todos o ponto de apoio inamovível que poderá libertar o mundo dos artifícios do erro e do mal, fontes de ilusão dos homens desprevenidos, para dispô-lo segundo a ordem absoluta do bem e da verdade que o Verbo faz transparecer.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 14 DE MARÇO DE 2019)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### OBRAS:

- Sermões do Padre Bartolomeu do Quental*, 1.<sup>a</sup> parte, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1692.  
*Sermões do Padre Bartolomeu do Quental*, 2.<sup>a</sup> parte, Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1694.  
*Meditações da Sacratíssima Paixão e Morte de Cristo Senhor Nosso*. Lisboa, Oficina de João da Costa, 1679.  
*Meditações da Infância de Cristo Senhor Nosso, da Encarnação até aos Trinta Anos de sua Idade*. Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1682.  
*Meditações da Gloriosa Ressurreição de Cristo Senhor Nosso, Sua Admirável Ascensão, Amorosa Descida do Espírito Santo, e Finíssimos Excessos do Diviníssimo Sacramento*. Lisboa, Oficina de Miguel Deslandes, 1683.  
*Meditações das Domingas do Ano*. 3 vols., Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1695-1699.

### BIBLIOGRAFIA:

- Arquivo dos Açores* [1885], Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982, v. VII.  
Barbosa Machado, D., *Biblioteca Lusitana*. 4 Vol., Coimbra: Atlântida Editora, 1665.  
Brandão, P.<sup>o</sup> Vicente Ferreira de Sousa, *Recopilação Histórico-Biográfica do Venerável Padre Bartolomeu do Quental, Fundador da Congregação dos Padres Congregados do Oratório e dos Irmãos Congregantes de N. Senhora das Saudades e S. Filipe Néri*. Lisboa, Tipografia de José Batista Morgado, 1867.

---

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 437.

- Brandão da Luz, J. L., "Bartolomeu do Quental, pregador da redenção do homem" em *Os Açores na Filosofia e na Cultura. Estudos II*, Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2022, pp. 59-85.
- Catalano, J., *Vida do Venerável Padre Bartolomeu do Quental, Fundador da Congregação do Oratório nos Reinos de Portugal [1734]*, trad. de Francisco José Freire, Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1747.
- Ferin Cunha, M., "Os sermões pregados na Capela Real: auditório e outras circunstâncias", em Arnaldo Espírito Santo e outros (coord.), *Estudos sobre o Padre António Vieira. I. A Sedução da Palavra: os Sermões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2017, pp. 249-292.
- Girodon, J., "Introduction", em *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l'Oratoire de Braga (29. IX. 1685–22. XI. 1698)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- Hortal Alonso, A., "Virtudes del profesional", em José Henrique Silveira de Brito (coord.) *Ética das Profissões*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2007, pp. 33-51.
- Marques, J. F., *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640–1668. A Revolta e a Mentalidade*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, 2 Vols.
- Pinto de Castro, A., *Retórica e Teorização Literária em Portugal. Do Humanismo ao Neoclassicismo*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2.ª ed., 2008.
- Pires, M.ª L., "O padre Bartolomeu do Quental, pregador da capela real", em *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, séculos XVII-XVIII*, Porto, Universidade do Porto, 1993, pp. 155-170.
- Reis Torgal, L., *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981 e 1982, 2 Vols.
- Santos, E., *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o Estudo da História Religiosa e Social*. Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- Silva Dias, J. S., *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos Primitivos*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1966.
- Silveira de Brito, J. H., "Ética geral e éticas aplicadas", em M. Patrão Neves (coord.) *Ética. Dos Fundamentos às Práticas*, Lisboa, Edições 70, 2016, pp. 287-298.
- Vieira Mendes, M., *A Oratória Barroca de Vieira*. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.